



## **Acórdão 01198/2020-1 - 2ª Câmara**

**Processo:** 02146/2020-1

**Classificação:** Prestação de Contas Anual de Ordenador

**Exercício:** 2019

**UG:** CMVA - Câmara Municipal de Vargem Alta

**Relator:** Domingos Augusto Taufner

**Responsável:** LUCIANO QUINTINO

**CONTROLE EXTERNO – PRESTAÇÃO DE CONTAS  
ANUAL DE ORDENADOR – EXERCÍCIO FINANCEIRO  
DE 2019 – CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA -  
REGULAR – QUITAÇÃO – RECOMENDAÇÃO -  
ARQUIVAR.**

**O EXMO. SR. CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER:**

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Prestação de Contas Anual de Ordenador, da Câmara Municipal de Vargem Alta, referente ao exercício financeiro de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Luciano Quintino.

O Núcleo de Controle Externo de Contabilidade - NCONTAS elaborou a Instrução Técnica Conclusiva - ITC 4392/2020, encampando integralmente a conclusão do Relatório Técnico - RT 279/2020, que nestes termos se pronunciou:

#### **9. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

A prestação de contas anual analisada refletiu a conduta do presidente da Câmara Municipal de Vargem Alta, sob a responsabilidade do Sr. Luciano Quintino, em suas funções como ordenador de despesas, no exercício de 2019.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 43/2017.

Sob o aspecto técnico-contábil, opina-se pelo julgamento REGULAR da prestação de contas sob a responsabilidade de Luciano Quintino, no exercício de 2019, na forma do artigo 84 da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Acrescenta-se sugestão de recomendar ao chefe do Poder Legislativo Municipal que proceda aos ajustes das inconsistências identificadas nos itens 4.3 e 4.4.1 deste Relatório Técnico, observando-se as Normas Brasileiras de Contabilidade e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Instado a se manifestar, o Ministério Público de Contas, em Parecer 3149/2020 da lavra do Procurador Especial de Contas, Dr. Luciano Vieira, anuiu aos argumentos fáticos e jurídicos delineados pela Área Técnica.

É o sucinto relatório.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES tem suas competências previstas nos artigos 31, § 1º, 71 a 75, da Constituição Federal; nos artigos 71 a 75 da Constituição Estadual; e na Lei Complementar nº 621/2012 – Lei Orgânica do TCEES, de forma que, dentre as competências a ele atribuídas, destaca-se a avaliação dos atos de gestão dos ordenadores de despesas e administradores públicos em geral, refletido nos resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, traduzidos nas contas anuais por ele prestadas, com o conseqüente julgamento pela regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas.

Compulsando detidamente os autos, observo que o feito se encontra devidamente instruído, considerando o atendimento a todos os trâmites legais e regimentais, bem como aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, havendo, assim, aptidão ao julgamento de mérito.

A referida Prestação de Contas foi recebida e protocolada nesta Corte de Contas em 31 de março de 2020 por meio do Sistema CidadES, ou seja, tempestivamente, nos termos do art. 139<sup>1</sup> da Resolução TCEES nº 261/2013.

Cumprе ressaltar terem sido analisadas pelo Corpo Técnico desta Corte de Contas as peças contábeis integrantes da PCA (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais), apresentadas nos moldes da Instrução Normativa TC 28/2013<sup>2</sup>.

Os pontos de controle avaliados foram os relacionados na Resolução TC 297/2016<sup>3</sup>. A Equipe Técnica nos **itens 4.3 e 4.4.1 do RT 279/2020** se constatou pequena divergência de R\$ 527,43 em relação ao saldo do exercício registrado no Demonstrativo de Restos a Pagar de 2019 e, no que se refere aos bens em almoxarifado, constatou-se pequena divergência no valor de R\$ 985,00, conforme tabelas 12 e 13 respectivamente:

**Tabela 12):** Movimentação dos Restos a Pagar

**Em R\$ 1,00**

Restos a Pagar	
<b>Saldo Final do Exercício Anterior</b>	
Inscrições	
Incorporação/Encampação	
Pagamentos	
Cancelamentos	
Outras baixas	
<b>Saldo Final do Exercício Atual</b>	

Fonte: Processo TC 2146/2020-1 - Prestação de Contas Anual/2019

**Tabela 13)** Estoques, Imobilizados e Intangíveis

**Em R\$ 1,00**

<sup>1</sup> Art. 139. Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, os processos de prestações de contas deverão ser encaminhados anualmente, até o dia 31 de março do exercício seguinte.

<sup>2</sup> Disponível em <<https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/028-2013-Composi%C3%A7%C3%A3o-da-PCA.pdf>>

<sup>3</sup> Disponível em <<https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Res297-2016-Procedimentos-para-an%C3%A1lise-t%C3%A9cnica-presta%C3%A7%C3%B5es-de-contas-Altera-Res273-2014-1.pdf>>

Descrição	Balço Patrimonial (a)	Inventário (b)	Diferença (a-b)
Estoques	985,00	0,00	<b>0,00</b>
Bens Móveis	265.177,47	265.177,47	<b>0,00</b>
Bens Imóveis	560.032,06	560.032,06	<b>0,00</b>
Bens Intangíveis	0,00	0,00	<b>0,00</b>

Fonte: Processo TC 2146/2020-1 - Prestação de Contas Anual/2019

Observa-se que as inconsistências são ínfimas e, em razão disso, a área técnica desta Corte de Contas entendeu desnecessária a citação dos responsáveis pela Prestação de Contas, sendo suficiente a expedição de recomendação. **Nesse sentido, acompanho o entendimento técnico e ministerial, de forma a expedir a aludida recomendação.**

Registra-se que não há item a ser monitorado no referido exercício.

Cabe salientar que as informações contidas nos demonstrativos contábeis devem se pautar segundo alguns critérios essenciais, em observância aos princípios e às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, dentre os quais destacamos confiabilidade, fidedignidade, verificabilidade e visibilidade, conforme texto da Resolução CFC nº 1.132/08, a saber:

*RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.132/08 Aprova a NBC T 16.5 — Registro Contábil FORMALIDADES DO REGISTRO CONTÁBIL*

*[...]*

*4. São características do registro e da informação contábil no setor público, devendo observância aos princípios e às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público.*

*[...]*

*(c) Confiabilidade – o registro e a informação contábil devem reunir requisitos de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão.*

*(d) Fidedignidade – os registros contábeis realizados e as informações apresentadas devem representar fielmente o fenômeno contábil que lhes deu origem.*

*[...]*

*(l) Verificabilidade – os registros contábeis realizados e as informações apresentadas devem possibilitar o reconhecimento das suas respectivas validades.*

*(m) Visibilidade – os registros e as informações contábeis devem ser disponibilizados para a sociedade e expressar, com transparência, o resultado da gestão e a situação patrimonial do setor público.*

Considerando que as divergências detectadas são irrisórias, é possível afirmar que os demonstrativos contábeis, bem como os dados que serviram de base para a sua consecução, estão de acordo com os critérios descritos no fragmento acima.

Ante todo o exposto, acompanhando o opinamento da Área Técnica e do Ministério Público de Contas, VOTO por que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

**DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER**

**Relator**

**1. ACÓRDÃO TC-1198/2020 – SEGUNDA CÂMARA**

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão da **Segunda Câmara**, ante as razões expostas pelo Relator, em:

**1.1. Julgar REGULARES** a prestação de contas anual, da **Câmara Municipal de Vargem Alta**, referente ao **exercício financeiro de 2019**, sob a responsabilidade do **Sr. Luciano Quintino**, nos termos do inciso I, do artigo 84, da Lei Complementar 621/2012, dando **quitação** ao responsável, nos termos do art. 85, do mesmo diploma legal;

**1.2. RECOMENDAR** ao chefe do Poder Legislativo Municipal que proceda aos ajustes das inconsistências identificadas nos itens 4.3 e 4.4.1 do Relatório Técnico 279/2020, observando-se as Normas Brasileiras de Contabilidade e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

**1.3. Dar ciência** aos interessados;

**1.4.** Após os trâmites regimentais, **arquivar** os autos.

**2.** Unânime.

**3.** Data da Sessão: 23/10/2020 – 38ª Sessão Ordinária da 2ª Câmara.

**4. Especificação do quórum:**

**4.1.** Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner (relator) e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

**Presidente**

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

**Relator**

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUCIANO VIEIRA

**Em substituição ao procurador-geral**

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

**Subsecretária das Sessões**